



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

## **Documento de Área**

### **Área 21:**

### **Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional**

**Coordenador(a) da Área:** Rinaldo Roberto de Jesus Guirro

**Coordenador(a) Adjunto(a) de Programas Acadêmicos:** Claudia Lucia de Moraes

**Forjaz Coordenador(a) de Programas Profissionais:** Ana Luiza Gomes Pinto Navas

**2019**

ii



### **Sumário**

Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior (CAPES) Diretoria de Avaliação

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA	
1.1. Tendências, apreciações, orientações .....	01
1.2. Diagnóstico da Área .....	02
1.3. A interdisciplinaridade na Área .....	03
2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA	
2.1. Inovações, transformações e propostas .....	04
2.2. Planejamento dos PPGs da Área no contexto das instituições de ensino superior ..	04
2.3. Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs .....	04
2.4. Perspectivas de impacto dos PPGs da Área na sociedade .....	05
2.5. Perspectivas do processo de internacionalização dos PPGs .....	05
2.6. Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais .....	05
2.7. Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGs.....	06
2.8. Visão da Área sobre a modalidade à distância .....	06
2.9. Visão da Área sobre a modalidade profissional .....	06
2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade .....	07
2.11. Visão da Área sobre formas associativas .....	09
2.12. Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade. ....	09
3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	
3.1 Considerações sobre a produção intelectual .....	10
4. ANEXO	
4.1. Ficha de Avaliação .....	10



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

## 1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

### 1.1. Tendências, apreciações, orientações

A Área 21 é formada por Programas de Pós-graduação que envolvem quatro subáreas acadêmicas e profissionais: Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional. Essas subáreas incluem estudos e pesquisadores das áreas biológicas, exatas e humanas, produzindo conhecimento translacional, somado ao fato que cada subárea acadêmica dentro da Área 21 possui diversas especialidades de investigação. Nesse sentido, trata-se de uma área complexa em sua organização e, portanto, em sua avaliação; que precisa considerar as

peculiaridades de cada um desses aspectos.

A Área considera que a função dos PPGs é a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento de qualidade, epistemologicamente coerentes com suas subáreas acadêmicas. Para tanto, entende que a proposta acadêmica dos PPGs deve apresentar claramente seus objetivos, o perfil desejado do egresso e o conhecimento que se pretende produzir, considerando suas potencialidades, bem como o nível de desenvolvimento dos cursos propostos (mestrado ou doutorado) e suas modalidades (acadêmico ou profissional). Para tanto, a proposta do PPG deve possuir uma estrutura acadêmica (nome do PPG, área(s) de concentração, linhas de pesquisa/atuação, projetos de pesquisa, disciplinas e outras atividades de formação) epistemologicamente coerentes entre si e hierarquicamente organizadas.

Para a consolidação dos PPGs, a Área entende ser necessário um corpo docente qualificado coerente com a proposta e com tamanho adequado às atividades a serem desenvolvidas e ao número de discentes pretendido. Esse corpo docente deve apresentar integração entre si e com a proposta, demonstrando capacidade de produzir conhecimento e formar egressos com qualidade. É necessário que o corpo docente permanente do PPG se mantenha relativamente estável ao longo do tempo, podendo haver inovações sem a quebra das suas características.

Entende-se ainda que os discentes devem ser o foco do PPG e, nesse sentido, devem ter oportunidades de aprendizagem ampla, incluído conteúdos acadêmico-científicos globais e específicos, preparo técnico-científico, aperfeiçoamento pedagógico, desenvolvimento atitudinal e ético, entre outros; além de serem preparados para interagir com um mundo em mudança contínua, o que lhes exigirá a capacidade de aperfeiçoamento constante e adaptação. Espera-se que os discentes e egressos gerem produtos intelectuais (bibliográficos e técnicos) em conjunto com seus orientadores.

No aspecto da produção intelectual, a Área valorizará a produção efetivamente derivada do PPG, com autoria ou coautoria de discentes e vinculação a projetos de pesquisa. Será valorizada a qualidade dos produtos intelectuais gerados pelo PPG, considerando tanto os produtos bibliográficos quanto os técnicos com pesos diferentes de acordo com a modalidade do programa.

Para completar, a Área valorizará o impacto sociocultural e econômico das atividades realizadas pelo PPG, das atividades desenvolvidas pelos discentes e egressos, bem como da produção intelectual. Esse impacto será avaliado em relação a sua abrangência (local, regional, nacional e internacional), considerando-se as potencialidades e objetivos expostos na proposta.

Destaca-se ainda o entendimento da Área sobre a importância da internacionalização dos PPGs como estratégia e forma de consolidação de sua qualidade, sendo consideradas as ações para a internacionalização e os indicadores do grau de internacionalização alcançado pelo PPG.

2



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

## 1.2. Diagnóstico da Área

Atualmente, a Área conta com 74 PPGs, dos quais 69 são acadêmicos, 04 profissionais e 01 de formação de professores em rede - PROFEDF, que consiste em um PPG profissional para capacitação de professores da Educação Básica na subárea de Educação Física. O curso de doutorado é ofertado por 56% dos PPGs acadêmicos e por 1 dos profissionais.

A formação de recursos humanos tem crescido de forma acentuada na última década, passando de 431 mestres e 36 doutores em 2005 para 887 mestres e 218 doutores em 2015,

representando um crescimento de 106% para a titulação de mestres e 506% para os doutores. Assim, o aumento na quantidade de doutores titulados ainda é uma meta, visto que a Área 21 é a que mais forma mestres dentre as áreas da Saúde, mas ainda apresenta tímida formação de doutores. Muitos PPGs ainda possuem apenas o nível de mestrado e vários PPGs com doutorado ainda não completaram um ciclo de formação. Dessa forma, a expectativa é que o número de doutores cresça nos próximos anos.

Ao longo dos anos, a Área tem apresentado um crescimento uniforme de, aproximadamente, 25% no número de PPGs novos e de cursos de doutorado a cada ciclo de avaliação. Apesar dessa relevante expansão, ainda há elevada concentração de cursos na região Sudeste (51%), uma concentração mediana nas regiões Sul e Nordeste (19 e 18%, respectivamente) e pequena inserção nas regiões Centro-Oeste e Norte (11 e 1%, respectivamente), como apresentado na Tabela 1. A proporção de PPGs nas diferentes regiões tem se alterado ao longo dos anos, tendo sido evidenciado um crescimento inicial na região Nordeste, seguido da região Centro-Oeste e, recentemente, em 2018, foi aprovado o primeiro PPG na região Norte, envolvendo as subáreas de Educação Física e Fisioterapia. A criação de novos cursos, principalmente nas regiões de menor inserção da Área ainda é um desafio, apesar de várias propostas terem sido enviadas. Especificamente em relação aos PPGs na modalidade profissional, apesar de 30% dos APCNs apresentados em 2017 e 2018 terem sido nessa modalidade, a Área ainda apresenta somente 4 PPGs ativos, sendo três na região Sudeste e um na Sul. A área entende que o número de programas ainda pode ser ampliado nas diferentes regiões, com um crescimento proporcionalmente maior de programas profissionais.

Tabela 1 – Distribuição dos programas nas subáreas Educação Física (EF), Fisioterapia (FT), Fonoaudiologia (FO) e Terapia Ocupacional (TO), considerando os cursos de mestrado (M) e doutorado (D) pelas regiões.

Região	EF	(M) EF	(M/D) FT (M)	FT (M/D)	FO (M) FO	(M/D) TO M	TO	(M/D) Total
SUL	16	1*	22	2	14			
SUDESTE	4	1*	1	**	11	4	6	1 <sup>#</sup> 1 <sup>##</sup> 1* 5 1+1* 1 38
CENTRO OESTE							3	2 3 8
NORDESTE							5	1 4 1 2 13

**NORTE** 1<sup>#</sup> 1 **Total 15 21 14 11 3 7 2 1 74** \*Mestrado profissional, \*\*PROFEDF, <sup>#</sup> Associado FT/EF, <sup>##</sup> Associado FT/FO

3



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

A série histórica expressa além do crescimento quantitativo, uma evolução qualitativa da Área 21. Após a última avaliação quadrienal, o percentual de cursos com nota 3 e 4 é de 38% cada, com nota 5 de 15%, com nota 6 de 6% e nota 7 de 3%. Além disso, 8 novos PPGs foram aprovados nas APCNs de 2017/2018 e, assim, não possuem nota ainda. A elevada proporção de cursos com nota 3 pode ser entendida pela expressiva expansão da Área nos últimos anos, de modo que vários cursos não concluíram um ciclo completo de avaliação. A Área possui somente 1 PPG acadêmico e 1 profissional com nota 4 que não ofertam curso de doutorado, o que deve ser resultado da política de incentivo para a proposição de cursos de doutorado que a Área vem realizando ao longo dos últimos dez anos, bem como do engajamento dos pesquisadores/docentes

em relação aos critérios de avaliação e ao papel da pós-graduação para o desenvolvimento da Área no país.

A proporção de cursos 5, 6 e 7 na Área é relativamente menor que a observada no Sistema Nacional de Pós-graduação e no Colégio de Ciências da Vida, indicando possibilidade de expansão (Tabela 2). Por outro lado, a Área apresenta 3 PPGs com nota 3 por três ciclos de avaliação e 1 PPG com nota 3 que oferta curso de doutorado. Esses PPGs serão acompanhados com visita da coordenação.

A dimensão do corpo docente parece ser um fator limitante da consolidação dos PPGs, uma vez que os programas com até 14 docentes permanentes costumam apresentar notas menores e ofertar, na sua maioria, somente o curso de mestrado.

Tabela 2 - Distribuição dos programas de pós-graduação por nota atribuída no sistema nacional de pós-graduação (SNPG), colégio de ciências da vida (CCV) e Área 21.

Número/Porcentagem de Programas	
<b>Notas SNPG</b>	<b>CVV</b>
<b>Área 21</b>	<b>APCN aprovado 2017-18</b>
6 MA + 2 MP	3 1.516 / 35% 406 / 29%
25 / 38%	4 1.541 / 36% 501 / 35%
25 / 38%	5 764 / 18% 304 / 21%
10 / 15%	6 308 / 7%
130 / 9%	4 / 6%
7 190 / 4%	81 / 6%
2 / 3%	Fonte: Plataforma SUCUPIRA 2018. MA - mestrado acadêmico, MP – mestrado profissional

### 1.3. A interdisciplinaridade na Área

A Área 21 é por sua própria composição multidisciplinar, sendo formada por 4 subáreas de com formações profissionais diferentes, que possuem interface entre si e com outras áreas, que incluem as humanidades, as exatas e as biológicas. Essa composição permite o delineamento de propostas acadêmicas de pós-graduação multi e interdisciplinares. Assim, a área reafirma seu compromisso com a interdisciplinaridade, estimulando a participação nos PPG de pesquisadores com diferentes formações básicas, cujos objetos de estudo possuam estreito vínculo com a identidade dos PPGs em que se inserem. A área entende que um PPG deve agregar um conjunto de pesquisadores reunidos por um eixo norteador estruturado e bem delineado, que permita identificar sua aderência à proposta e à área. A existência de PPGs que congregam mais de uma subárea aponta para a valorização da discussão da Área sobre a importância da interdisciplinaridade para a formação de recursos humanos. Ressalta-se que na Área 21 há PPGs que envolvem mais de uma subárea como por exemplo, FO-FT, EF-FT e FO-FT-TO.

4



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

### 2.1 Inovações, transformações e propostas

Considerando-se as características da pós-graduação enquanto o ambiente propício para a formação qualificada e diversificada, a área estimula a formação de PPGs com propostas diferentes e inovadoras, que possibilitem a formação diferenciada baseada em estruturas acadêmicas transformadoras. Ressalta-se, no entanto, a necessidade de embasamento, coerência e qualidade dessas propostas.

Por outro lado, na avaliação a Área 21 tem adotado uma política de implementar mudanças de forma gradual para permitir que os PPGs possam se ajustar progressivamente às novas demandas que visam aperfeiçoar o processo de avaliação. Dessa forma, para esse quadriênio, a principal inovação é a mudança do foco da avaliação para a adoção de critérios mais qualitativos, mantendo-se ainda a avaliação quantitativa. Além disso, a avaliação terá maior

foco no discente/egresso e nos produtos gerados ao invés do processo. Para completar, cobrar-se-á maior envolvimento institucional com a pós-graduação por meio de um plano institucional e uma autoavaliação do PPG. No entanto, modificações de critérios e itens serão feitos com parcimônia na Área e os novos itens de avaliação terão um peso menor neste ciclo de avaliação.

2.2. Planejamento dos PPGs da Área no contexto das instituições de ensino superior Uma inovação da avaliação quadrienal será o maior papel das instituições nas decisões relativas à pós-graduação. Assim, os PPGs deverão apresentar resumidamente o plano de desenvolvimento institucional da pós-graduação de suas IES e devem ressaltar como o curso a ser avaliado pela Área se insere nesse plano. Devem apresentar ainda um planejamento com vistas a seu desenvolvimento futuro, de acordo com suas potencialidades, contemplando os desafios nacionais e internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação dos discentes e suas metas de impacto sociocultural e econômico. O cumprimento desse planejamento deve ser apresentado e avaliado/discutido na avaliação seguinte.

### 2.3. Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

A autoavaliação do PPG passa a ser um componente relevante para a avaliação realizada pela CAPES. Dentre os vários modelos ou roteiros que orientam a implementação de um processo de autoavaliação, o PPG deve apresentar de forma detalhada o seu processo, considerando a política institucional da pós-graduação e a sua inserção na Área 21.

O processo de autoavaliação deve estar focado no PPG, considerando sua potencialidade, missão, metas e objetivos, bem como, sua articulação com o planejamento institucional. O delineamento de autoavaliação deve captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo: a) o monitoramento da qualidade do PPG, de seu processo formativo, da produção de conhecimento e de seu impacto científico, político, educacional, econômico e/ou sociocultural e; b) o foco na formação discente pós-graduado na perspectiva de sua inserção socioeconômica e/ou científica e/ou tecnológica e/ou profissional.

No processo de autoavaliação é importante que o programa apresente a participação dos diferentes atores envolvidos (docentes, discentes, funcionários, egressos, órgãos administrativos, colaboradores, etc), bem como a inserção de olhares externos ao programa e a instituição.

5



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

### 2.4. Perspectivas de impacto do PPG da Área na sociedade

O impacto do PPG na sociedade está relacionado com os impactos gerados por suas atividades, pelos seus docentes, pelos recursos humanos em formação e já formados e pelo conhecimento produzido, o que passa a ter grande importância no processo de avaliação.

Os impactos relatados pelo PPG devem estar em consonância com os objetivos e metas dos cursos oferecidos, tendo como base as características epistemológicas da Área 21.

### 2.5. Perspectivas do processo de internacionalização dos PPGs

A internacionalização envolve três aspectos fundamentais para o processo de avaliação. O primeiro refere-se ao planejamento de ações de inserção internacional, o segundo envolve as ações efetivamente realizadas nesse contexto e o terceiro os indicadores de reconhecimento

internacional.

Considerando-se as restrições financeiras sofridas no período, o planejamento de ações de internacionalização será objeto de análise, ainda que não se deixe de observar como tais perspectivas foram ou não alcançadas. O planejamento deve conter uma análise de quanto as ações projetadas foram atendidas, bem como apontar os motivos quando não foram concretizadas e prever novas metas para a projeção internacional no quadriênio seguinte. As ações de internacionalização incluem ações de procura de internacionalização, como a mobilidade de discentes e docentes para participar de eventos, apresentar trabalhos no exterior, fazer visitas a laboratórios e instituições estrangeiras, participar de cursos internacionais, fazer períodos de investigação no exterior (doutorado sanduiche, pós-doutorado, visitantes seniores, etc), além de receber pesquisadores/docentes estrangeiros para participar de atividades no Brasil. O oferecimento de disciplinas em outra língua e outras possíveis ações desenvolvidas pelos PPGs também serão consideradas. As ações de internacionalização são um passo essencial para a internacionalização do PPG e são consideradas relevantes pela Área, porém caracterizam um grau inicial de internacionalização, indicando a busca do PPG pela internacionalização, mas não revela seu reconhecimento internacional.

Os indicadores de internacionalização incluem a colaboração internacional efetivada e a visibilidade internacional obtida. A efetivação da colaboração internacional pode ser verificada pelos produtos intelectuais produzidos em coautoria, contabilizando-se as publicações em coautoria internacional. A visibilidade internacional pode ser verificada pela atração de discentes e pós-doutorandos estrangeiros; pelo convite internacional para a participação em bancas, disciplinas, eventos, comissões no exterior; e pelo aparecimento e nível em rankings internacionais universitários. Além disso, a participação em redes internacionais de pesquisa, coordenação com estrangeiros e a dupla titulação com instituições internacionais serão consideradas como indicadores de internacionalização.

## 2.6. Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

Novos cursos de pós-graduação na Área ainda são desejáveis, porém os esforços na criação desses cursos devem, preferencialmente, se concentrar nas subáreas e regiões em que a Área 21 apresenta um número restrito de PPGs. Para as regiões de maior carência, o desenvolvimento de novos cursos ou a ampliação dos existentes pode envolver a associação entre IES ou com PPGs

6



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

consolidados, os quais podem contribuir para alavancar o desenvolvimento da pós-graduação na região. A realização de oficinas em instituições com potencial de submissão de proposta de curso novo também é uma estratégia. Além disso, a coordenação de Área pretende realizar encontros sobre a proposição de APCNs. Nas regiões em que os PPGs de uma determinada subárea e modalidade já são em elevado número, a criação de novos cursos só será considerada quando englobar inovação em relação aos temas e subtemas a serem tratados, caracterizando uma proposta diferenciada em relação aos PPGs já existentes.

## 2.7. Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGs

O desmembramento de um programa é incentivado pela Área somente quando envolver a pesquisa inovadora, com possibilidade de inserção nacional e/ou internacional do programa,

gerando demanda para o desenvolvimento de um programa com foco específico.

A Área incentiva a migração e a fusão quando forem identificadas dificuldades de manutenção do programa, de manutenção de conceito mínimo exigido pela CAPES para o seu funcionamento, redução significativa do quadro de docentes permanentes, limitações institucionais ou outras demandas devidamente justificadas.

A legislação vigente define os termos e instrui os processos. A Área reforça a importância da manutenção das características epistemológicas e da coerência interna da proposta, quando da solicitação de fusão, migração ou desmembramento.

## 2.8. Visão da Área sobre a modalidade à distância

A Área entende que a abertura de cursos de pós-graduação totalmente à distância não contempla a complexidade das atividades de pesquisa/atuação das quatro subáreas. A produção intelectual e a formação do egresso de qualidade na Área 21 depende de forma inexorável da extensa atuação presencial dos discentes em laboratórios/clínicas/grupos de pesquisa, fato esse demonstrado pelo elevado peso que a Área aplica na avaliação da infraestrutura laboratorial e de pesquisa nas APCNs de cursos presenciais. Assim, haverá necessidade de a instituição prover infraestrutura física e de recursos humanos para a pesquisa, ensino e orientação em todos os polos de ensino. Nesse contexto, a Área 21 só recomendará propostas de cursos novos na modalidade à distância no nível de mestrado, acadêmico ou profissional. Para completar, a instituição proponente já deve possuir um PPG presencial na subárea com nota, pelo menos, 4 (quatro) e deve haver um período presencial do discente na instituição sede de, pelo menos, 50% do período máximo do curso. Destaca-se ainda que o curso à distância terá os mesmos limites de orientações por docente que o curso presencial e que será avaliado considerando-se todos os critérios utilizados para os cursos presenciais.

## 2.9. Visão da Área sobre a modalidade profissional

O número de PPGs profissionais ainda é modesto. O incentivo ao aumento de cursos profissionais é relevante para atender à expressiva parcela da sociedade que pode se beneficiar desse tipo de formação. Para essa finalidade, existe premente necessidade de que as Instituições tenham clareza sobre os objetivos dessa modalidade, bem como de seus diferenciais em relação aos cursos acadêmicos. A criação de PPGs em associação ou em rede parece constituir uma maneira atrativa para a formação desses cursos no país, de modo que ações indutoras e que

7



Ministério da Educação (MEC)

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)

**21.efis@capes.gov.br**

norteiem a construção de propostas mais consistentes são importantes. A Área tem participado de fóruns nacionais onde essa temática tem sido pauta, visando aprofundar a discussão sobre suas características e especificidades.

A proposta curricular dos programas profissionais deve ser inovadora, atendendo às necessidades da sociedade em conexão com o foco do PPG, mantendo-se a qualidade e o rigor esperados para um programa de pós-graduação *stricto sensu*. O PPG deve explicitar seu caráter transformador da realidade social, do processo produtivo e do estado da técnica vinculado à Área.

Deve haver coerência entre a proposta, a(s) área(s) de concentração, as linhas de atuação, o perfil do egresso, o corpo docente, a proposta curricular, as demais atividades formativas e a infraestrutura. O corpo docente permanente deve apresentar produção intelectual (bibliográfica e técnica) suficiente para demonstrar o seu envolvimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação



na área de atuação do curso.

O trabalho de conclusão final do curso pode ser apresentado em diferentes formatos, porém deve ser destacada a relevância, a inovação e a aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso pode atuar. Os trabalhos de conclusão deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do PPG, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento.

2.10. Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade A Área valorizará as atividades dos PPGs relacionadas à atuação na educação básica, incluindo: a existência de linhas de pesquisa/atuação, projetos de pesquisa e teses/dissertações/produtos finais relacionados à área escolar; cursos de atualização e eventos científicos nesse setor; participação de docentes no desenvolvimento de política públicas educacionais, entre outros. As ações e/ou políticas envolvendo as subáreas são apresentadas a seguir, servindo apenas de indicação, as quais podem ser expandidas e/ou reestruturadas em função dos objetivos dos programas.

**Fonoaudiologia** – A atuação do fonoaudiólogo no âmbito educacional é relevante e envolve vários aspectos tanto da natureza da atuação, como do ambiente educacional. Em 2010, o Conselho Federal de Fonoaudiologia reconheceu a Fonoaudiologia Educacional como uma especialidade da Fonoaudiologia por meio da Resolução do Conselho Federal de Fonoaudiologia N°387/2010. As ações desenvolvidas envolvem a elaboração, acompanhamento e execução de projetos, programas e ações educacionais que contribuam para o desenvolvimento de habilidades e competências de educadores e educandos com o objetivo de otimizar os processos de ensino e de aprendizagem. Ou seja, a Área visa a promoção de ações de saúde e educação voltadas à comunidade escolar nos diferentes ciclos da vida e contextos educacionais. Ainda há uma concentração de atuação no Ensino Infantil e Fundamental I, e há necessidade de expansão para outros níveis de escolaridade, inclusive nas ações de apoio a estudantes do Ensino Superior. A atuação do Fonoaudiólogo na Educação Básica é ampla e diversa, como por exemplo, em: (a) orientação e formação continuada de educadores para a compreensão dos processos de desenvolvimento humano e da comunicação; (b) acompanhamento do desenvolvimento das habilidades subjacentes e determinantes do aprendizado escolar (desenvolvimento da audição, fala, linguagem oral e escrita); (c) planejamento, com a equipe pedagógica, de programas de intervenção e adaptação pedagógica para alunos com necessidades especiais, (d) identificação precoce de atrasos do desenvolvimento

8



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
[21.efis@capes.gov.br](mailto:21.efis@capes.gov.br)

de linguagem e encaminhamento para o atendimento clínico (e) assessoria aos profissionais educadores, para aspectos relevantes da sua prática pedagógica, entre outras ações. Sendo assim, os programas de Pós-graduação da subárea de Fonoaudiologia devem valorizar a formação de recursos humanos para atuação junto a Educação Básica, e estimular a produção e divulgação de conhecimento científico para que essa atuação seja baseada em evidências científicas. Por fim, a Área 21 estimula que os programas de pós-graduação possam contribuir para que a construção de políticas públicas relacionadas a Educação Básica seja baseada em evidências científicas.

**Educação Física** – A Educação Física possui importante papel no desenvolvimento de crianças e adolescentes em idade escolar, contribuindo de forma expressiva e única para a formação motora e o desenvolvimento das potencialidades físicas, psíquicas e cognitivas dos estudantes, além de transmitir o patrimônio cultural e social relacionado ao movimento humano. A Educação Física

escolar é ainda um importante meio de prática educativa por meio dos valores agregados à prática físico-esportiva. Destaca-se que, além de caracterizar um estilo de vida saudável para o jovem, o desenvolvimento das capacidades, habilidades e prazer obtidos com a prática física nas idades escolares é um fator importante para a inclusão e manutenção dessa prática como hábito de vida na idade adulta, garantindo a manutenção em longo prazo dos benefícios oriundos dessa prática na saúde, qualidade de vida e bem-estar. Com base nesse papel preponderante da Educação Física na educação básica, a atuação dos programas de pós-graduação junto a esse nível educacional tem grande importância, tanto na formação de recursos humanos diferenciados para a atuação nesse setor quanto na produção de conhecimento científico para a atuação nesse segmento específico da formação educacional, o que pode contribuir de forma expressiva para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais baseadas em evidências científicas.

**Fisioterapia** – A Fisioterapia pode contribuir em vários aspectos do ambiente escolar, por atuar nos processos relacionados a mudanças posturais frequentes nessa faixa etária, bem como na avaliação ergonômica e adaptação de mobiliário para estudantes com necessidades especiais. A manutenção de posturas impróprias ou o carregamento de mochilas escolares com cargas excessivas podem desencadear modificações na postura, as quais são de difícil correção quando consolidadas na vida adulta. Portanto, ações de promoção e prevenção, bem como a detecção e o encaminhamento para a promoção da saúde/reabilitação são relevantes para evitar um conjunto de problemas associados aos longos períodos que crianças e adolescentes despendem no ambiente escolar. As orientações/intervenções relacionadas aos calçados, marcha e a postura sentada, também podem prevenir o aparecimento de doenças articulares e/ou musculares, bem como a dor.

Além das ações específicas, orientações envolvendo os estudantes, educadores e familiares podem ser implementadas no ambiente escolar. A produção de conhecimento e a formação de recursos humanos para atuação no Ensino Básico também serão consideradas nessa subárea.

**Terapia Ocupacional** – O ambiente escolar é espaço prioritário de ação do terapeuta ocupacional quando atua com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, uma vez que seu cerne de intervenção se encontra na inserção e participação sociais. Para essa população, a escola, com destaque para a educação básica, é o espaço prioritário para a sua inserção e vida social. Nesse contexto, o terapeuta ocupacional atua sob o enfoque da inclusão social e, conseqüentemente, realiza pesquisas e produção de conhecimento a partir desse ambiente. Tais ações e pesquisas são majoritariamente destinadas a dois grupos populacionais: crianças e adolescentes com deficiência e aqueles desfavorecidos socioeconomicamente, notadamente alunos de escolas públicas

9



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
[21.efis@capes.gov.br](mailto:21.efis@capes.gov.br)

localizadas em regiões urbanas periféricas. Sob a perspectiva do desenvolvimento infantil, o terapeuta ocupacional desenvolve, por exemplo, atividades de capacitação para educadores e estimulação com crianças, tendo como base as atividades lúdicas como elemento central para o desenvolvimento humano. Quando em trabalho com crianças com deficiência, a atuação centra-se na adaptação do ambiente, a recepção da escola com esse público, bem como o desenvolvimento de recursos adaptativos, lançando mão, por exemplo, da tecnologia assistiva, com vista a possibilitar a integração da criança ao ambiente escolar, conforme previsto nas bases legislativas brasileiras. Ainda, quando em atuação com crianças, adolescentes e jovens em contextos de desfavorecimento socioeconômico, a educação básica configura-se como um espaço prioritário de ação, na perspectiva de composição central da rede social de atendimento. A atuação profissional

visa ao desenvolvimento de recursos para os alunos e para as escolas com vistas à permanência das crianças e dos adolescentes no ambiente escolar. Isso ocorre por meio da oferta de atividades na sala de aula, nos momentos de contra turno escolar, no intervalo dos alunos, entre outros espaços, buscando a criação de significados para a permanência e sucesso escolar. Atua também junto aos professores, na perspectiva de capacitação e de discussão das possibilidades de criação de espaços escolares inclusivos e democráticos. Ambas as perspectivas se encontram em processo de efetivação prática e aprofundamento acerca de seus referenciais teórico-metodológicos, o que tem possibilitado maior contribuição profissional e acadêmica a esta relevante dimensão social. Nesse contexto, afirma-se a potencialidade dos cursos de pós-graduação e de suas pesquisas na subárea de Terapia Ocupacional na interação com a educação, notadamente a educação básica.

#### 2.11. Visão da Área sobre formas associativas

A Área possui, no momento, 6 PPGs em associação, sendo três da subárea Educação Física, dois da Fisioterapia e um da Fonoaudiologia. A Área continuará incentivando a associação entre PPGs e entre IESs, por entender que a união colaborativa de recursos permite maior qualidade e possibilita um processo de consolidação mais estruturado. Essas associações devem expressar claramente as estratégias integrativas de atuação, de modo que não se caracterizem como PPGs distintos atuando conjuntamente, mas sim como PPGs efetivamente integrados e com pontos fortes potencializados.

2.12. Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede) A Área continuará incentivando os mecanismos de solidariedade, com prioridade para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste em decorrência do número reduzido de titulados das subáreas de Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional nessas regiões. Atualmente, cerca de 50% dos PPGs da Área ofertam somente curso de mestrado, o que pode ser explicado, em parte, pela elevada expansão da Área nos últimos anos. Porém, esses PPGs precisam ser aprimorados para atingirem qualidade e poderem ofertar também cursos de doutorado. Vários desses PPGs foram autorizados com o número mínimo de docentes permitido pela Área, de modo que a colaboração com PPGs mais consolidados, seja por meio de programas como Dinter, Turma Fora de Sede ou ainda outras formas institucionais de intercâmbio discente e docente, pode auxiliar de forma expressiva nesse processo. Essas colaborações serão valorizadas pela Área.

10



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

### 3. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

Em síntese, a Área 21 apresenta forte potencial de crescimento, mas necessita de intenso e constante trabalho de reestruturação para atender a forte demanda do desenvolvimento científico sustentável do país. Da mesma forma, os desafios atuais compreendem o incremento das atividades de formação e investigação de qualidade, bem como a necessidade de minimizar as distorções regionais na oferta de PPGs e de cursos de doutorado. A formação de PPGs cada vez mais robustos e, portanto, com capacidade de formar egressos e produzir conhecimento de maior qualidade e com expressivo impacto socioeconômico e cultural positivos, é a prerrogativa primordial da Área.

#### 3.1 Considerações sobre a produção intelectual

A produção intelectual dos PPGs é composta pela “produção bibliográfica” e a “produção técnica”.

A produção bibliográfica será composta por “artigos publicados em periódicos”, “capítulos de livros” e “livros”. A produção bibliográfica relacionada a “carta ao editor”, “trabalhos em anais” e “outras produções bibliográficas: artigos em jornal, revistas, traduções, etc” não será considerada na avaliação.

A produção técnica será composta pelos seguintes produtos: “produto bibliográfico técnico”, “patente”, “tecnologia social”, “curso de formação profissional”, “produto de editoração”, “material didático”, “software/aplicativo”, “evento organizado”, “manual/protocolo”, “processo/tecnologia não patenteável”, “produto de comunicação”, “empresa ou organização social inovadora” e “assessoria/parecer técnico”. Essas categorias ainda estão em discussão e, portanto, poderão ser modificadas após o Seminário de Meio Termo.

Na avaliação, a Área não considerará produtos que não se alinham com a identidade dos programas (sem aderência com a Área 21).

A produção intelectual dos docentes visitantes e colaboradores não será considerada na avaliação da produção intelectual do PPG, mas deve ser declarada para permitir a avaliação da expertise desses docentes, sua adequação à proposta e sua capacidade de desempenhar as atividades a ele atribuídas.

#### 4. ANEXO

##### 4.1. Ficha de Avaliação

A ficha de avaliação a ser utilizada nesse quadriênio será composta por 3 quesitos (1- Programa, 2- Formação e 3- Impacto na Sociedade) e 12 itens. Para a atribuição da nota final do PPG, os três quesitos terão pesos iguais e os itens terão pesos mínimos entre 10 e 25%. A definição dos pesos específicos dos itens e subitens, bem como de seus respectivos parâmetros de corte a serem incorporados na ficha de avaliação, serão objetos de discussão com os coordenadores de PPGs no Seminário de Meio Termo.

O quesito 1- “Programa” pretende avaliar as estruturas física, de recursos humanos e acadêmica do PPG, bem como seu funcionamento, planejamento e autoavaliação, considerando a adequação desses aspectos ao potencial do PPG, seus objetivos e perfil do egresso, bem como sua inserção no plano institucional e sua adequação aos critérios da Área 21.

O quesito 2- “Formação” tem seu foco na qualidade dos recursos humanos formados, envolvendo as atividades docentes na formação do discente; a qualidade dos produtos gerados pelo

11



Ministério da Educação (MEC)  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
(CAPES) Diretoria de Avaliação (DAV)  
**21.efis@capes.gov.br**

corpo docente, discente e egresso; a avaliação discente/egresso em relação ao PPG; e a atuação dos egressos.

O quesito 3- “Impacto na Sociedade” está relacionado com os impactos científicos, educacionais, socioeconômicos e culturais gerados pela formação de recursos humanos, produção de conhecimento e atividades desenvolvidas pelo PPG, bem como pelo seu grau de internacionalização e visibilidade.